

**Rodson Oldani Casanova**

**NO RITMO DA APRENDIZAGEM: A ABORDAGEM CULTURAL COMO PROPOSTA  
PEDAGÓGICA NO ENSINO DE SOCIOLOGIA**

Trabalho de conclusão de curso,  
apresentado ao Curso de Licenciatura em  
Ciências Sociais, da Universidade Federal  
de Santa Maria (UFSM, RS), como  
requisito parcial para obtenção do título  
de **Licenciatura em Ciências Sociais**.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Leonice Mourad

Santa Maria, RS  
2022

## **RESUMO**

### **NO RITMO DA APRENDIZAGEM: A ABORDAGEM CULTURAL COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE SOCIOLOGIA**

AUTOR: Rodson Oldani Casanova  
ORIENTADORA: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Leonice Mourad

O presente artigo propõe trazer a relevância da cultura Hip-Hop como parte constituinte das manifestações artísticas que buscam através da educação transformar a realidade dos estudantes no âmbito escolar. Elemento constitutivo da cultura Hip-Hop, a música Rap narra a realidade, as dificuldades e os anseios de grande parte da juventude das periferias, podendo ser um agente pedagógico na construção de percepções de lugar, nas denúncias das mazelas sociais, e também como conceito estético de liberdade, que através da arte urbana cria uma identidade única que traz pertencimento e autoestima a uma geração que historicamente é atribuída valores negativos, principalmente aos jovens pertencidos à classe trabalhadora. Desta forma, será feito um percurso histórico através da formação das juventudes e da construção do movimento Hip-Hop, concluindo com a necessária inserção da arte como linguagem e elemento dialógico na construção do conhecimento.

**Palavras-chave:** Sociologia. Juventude. Hip-Hop. Arte. Educação.

## **ABSTRACT**

### **THE LEARNING RHYTHM: THE CULTURAL APPROACH AS PEDAGOGIC PROPOSE IN SOCIOLOGY TEACHING.**

AUTHOR: Rodson Oldani Casanova  
ADVISOR: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>o</sup> Leonice Mourad

This article proposes introducing the relevance Hip-Hop culture as a part of the artistic manifestation that pursues to remodel the reality of the students in the scholarly ambit through education. Constitutive element of the Hip-Hop culture, Rap music narrates the real, the problems, and the anxiety of most periphery youth, whiling to be a pedagogical agent in the construction of perceptions of place, denunciations of social ills, and also as an aesthetic concept of freedom, that through urban art creates a unique identity that brings belonging and self-esteem to a generation historically attributed to negative values mainly to working-class youngs. Thus, this article will make a historical analysis through the formation of these young and the construction of Hip-Hop, concluding with the necessary insertion of the art as a language and dialogic element in the construction of knowledge.

**Keywords:** Sociology. Youth. Hip-Hop. Art. Education.

## INTRODUÇÃO

Exercer o papel de educador nos exige desvelar as especificidades que conformam a totalidade da realidade que nos deparamos. Para isso, devemos compreender as diferentes dimensões do cotidiano que é onde se expressa e pulsa a vida dos estudantes. Portanto, é extremamente necessário que nós estejamos em sintonia com as manifestações estéticas que se gestam no espaço dos educandos de uma escola de periferia, pois se revela um fator que faz parte da expressão da forma de como um determinado território<sup>1</sup> se organiza, bem como sua relação com a comunidade que se estende além dos muros escolares e com as instituições estatais que devem proporcionar acesso às condições básicas de vida.

Desta forma, faz-se necessário que estejamos em sintonia com as expressões artísticas de uma geração, visto que, com uma organização social cada vez mais complexa em que vivemos, muitas vezes não acompanhamos essas mudanças, e o trabalho docente acaba sendo prejudicado por inúmeros desafios ao nos relacionarmos com um determinado grupo social, podendo muitas vezes prejudicar o desenvolvimento pedagógico com métodos tradicionais e transpostos para realidades completamente diferentes.

Neste artigo, buscaremos compreender o complexo universo da juventude (ou *juventudes*), que é a categoria geracional predominante nas instituições de ensino. Um público que historicamente foi criminalizado de diversas formas pelo Estado e pela sociedade, e que apenas recentemente conquistou direitos com o Estatuto da Juventude.

O período neoliberal que se iniciou nos anos de 1980 até os anos de 1990 fragmentou a coesão social das periferias, que surgiram como consequência do êxodo rural e da segunda onda de industrialização durante a ditadura civil-militar no Brasil. Deste período, se gestaram três fenômenos que eram saídas encontradas pela própria população da periferia para resistir à conjuntura adversa: grupos e facções do crime organizado, que substituíam a ausência do Estado com ações de assistencialismo

---

<sup>1</sup> A expressão *território*, conforme concebe Milton Santos (2001), difere de ambientação físico-geográfica, mas se reporta à natureza cultural, constituída ora por similaridade das crenças e práticas, ora por distinção dos interesses e perspectivas.

aos moradores; as casas de religião, como igrejas, pastorais e terreiros; e os coletivos e movimentos artísticos, criando novos padrões de sociabilidade para adequar o fraco tecido social naquele contexto de crise.

Diante das metamorfoses da dinâmica capitalista e suas expressões na sociedade, temos o desafio de compreender como o educador em formação deve se instrumentalizar com alternativas e ferramentas dialógicas com o universo dos estudantes. Desta forma, a arte é uma expressão da realidade que tem amplo potencial para servir como instrumento de ação e reflexão com jovens ingressados no sistema público de educação, e a música Rap<sup>2</sup>, gênero da cultura Hip-Hop, pode ser o elo mediador para podermos discutir e propor direitos sociais, políticas públicas e o direito à cidade. Com uma linguagem direta e politizada que o Rap se construiu, ele também serve como narrador e projetor consciente das questões subjetivas que, fruto da estrutura material da sociedade, aflige os jovens que em muitas vezes buscam a fuga no álcool e outras drogas.

Um dos maiores desafios na contemporaneidade é instigarmos o pensamento científico e, enquanto educador de sociologia, proporcionar ferramentas para que os educandos aprendam a pensar e a construir seu conhecimento sociologicamente. Em tempos de negação da verdade e relativização do real, onde uma gama enorme de assuntos e opiniões afloram no submundo das redes, encorajando todos a defenderem suas convicções, independente da validade científica, faz-se necessária a ênfase no desenvolvimento do pensamento autônomo do educando, que ele seja capaz de sustentar seus argumentos através de dados e comprovações a partir de metodologias consistentes, criando espaços para o afloramento de descrição do objeto, formulação de hipóteses, perguntas, classificação conceitual e elaboração de conclusões.

## **DA JUVENTUDE ÀS JUVENTUDES**

Partimos do pressuposto de que o jovem é um sujeito de direitos e vem a enfrentar preconceitos a partir da visão construída da categoria juventude como problema/risco. Ao propor como público-alvo deste trabalho de conclusão de curso o

---

<sup>2</sup> “Rap” é a forma reduzida para o termo em inglês “rhythn and poetry” (ritmo e poesia)

segmento juventude<sup>3</sup>, não podemos cair em generalização e homogeneização desta categoria social.

Um dos principais marcadores sociais que diferenciam os jovens de hoje é o de classe social e, ainda, a cor da pele, o sexo e o local de moradia são condicionantes para a situação que vive a juventude brasileira. Desta forma, torna-se necessário apreendermos este segmento populacional não como juventude, e sim *juventudes*:

É uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção esta na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, referências múltiplas, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc. Por essa linha, torna-se cada vez mais corriqueiro o emprego do termo “juventudes”, no plural, no sentido não de se dar conta de todas as especificidades, mas sim de apontar a enorme gama de possibilidades presente nessa categoria (ESTEVEZ; ABRAMOVAY, 2008)

A ideia teoricamente consolidada na contemporaneidade de que a juventude é uma construção social e cultural é trazida inicialmente por Bourdieu (1983) ao abordar a sua concepção de juventude. Para ele, as divisões entre as idades se dão de forma arbitrária, onde sempre seremos o jovem ou o velho de alguém. Desta forma, as relações entre idade biológica e social seriam muito complexas, e que se dariam neste campo de manipulação entre os atores geracionais.

Durante as décadas que se passaram a partir dos anos de 1950, a juventude passou a ser vista com um olhar mais atento por parte do Estado brasileiro. Desta forma, passa a ter um aspecto como segmento em potencial que poderia ameaçar a ordem antidemocrática estabelecida com o golpe civil-militar de 1964. O cerceamento das liberdades civis traz à tona para o Estado uma juventude ameaçadora da ordem social estabelecida, visto seu amplo engajamento nas reivindicações coletivas, no plano político, cultural e moral (ABRAMO, 2005). Também é preciso compreendermos esta preocupação por parte dos setores dirigentes do Estado relacionada aos acontecimentos de relevância mundial que ocorriam na segunda metade dos anos de 1960, com movimentos de juventude pautando liberdades civis e participação política,

---

<sup>3</sup> Cabe dizer que pensar o jovem implica tornar relevante seus espaços, suas ideias e práticas. Implica, sobretudo, considera-los atores com os quais é possível estabelecer uma relação dialógica, construindo assim um espaço onde possam contribuir para a formulação e soluções de seus problemas (Waiselfisz, 1998).

como ocorreu nos históricos movimentos de maio de 1968 na França e que influenciaram jovens de forma massiva por todo o mundo, concomitantemente aos eventos de libertação colonial em África que tiveram solidariedade de movimentos de juventude em diversos países.

A característica contestatória se estendeu durante todo o período ditatorial, sendo assimilada positivamente como uma geração idealista, altruísta, criativa e que ousou sonhar outro mundo possível. Desta forma, a utopia e o idealismo se tornaram quase essenciais para conceituar a juventude (ABRAMO, 2005). Lembremos que os grupos de guerrilha urbana e, posteriormente, de guerrilha rural que resistiam à ditadura militar eram compostos por uma maioria de jovens, muitos inspirados na moral e na ética humanista da revolução cubana, no exemplo maoísta da Revolução Chinesa e nos processos de libertação colonial na Indochina e África.

A partir da década de 1980 a tese da juventude revolucionária e utópica deu lugar ao conceito de que a categoria portava certo grau de apatia política (ABRAMO, 2005). Com a queda da ditadura, principal inimigo do período anterior, a juventude passa a usufruir das liberdades democráticas, e neste lastro de abertura veio também a liberdade política, sexual, cultural e intelectual, que contribuíram para a nova conceituação a partir de novas representatividades.

Nos anos de 1990 o Estado brasileiro passa a reconhecer a categoria juventude como sujeito de direitos. Isso se deu devido ao crescimento populacional mundialmente no número de jovens, que passaram a ser maioria geracional em comparação com as outras etapas da vida. Destarte que, para o Estado, os jovens continuaram a estar na condição de problema risco em todos os períodos anteriormente percorridos e que, com este *boom* demográfico, necessitava-se de uma maior intervenção estatal para também disputar os caminhos da juventude.

Foi a partir do primeiro governo Lula, no ano de 2003, que a pauta da juventude ganhou efervescência na cena política para a garantia de direitos. Este processo se deu com ampla participação de jovens organizados em sindicatos, movimentos sociais, coletivos e partidos políticos, a fim de construir uma agenda para o segmento e garantir na carta magna as disposições que discorrem sobre a juventude. Desta forma, foi criada em 2005 a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), que é ligada à Secretaria Geral da Presidência da República, com tarefa de coordenar e articular as políticas do segmento.

O ápice deste processo se deu no ano de 2013 com a criação do Estatuto da Juventude, sob a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Os princípios que regem o Estatuto buscam abarcar todos os âmbitos da vida, e estão contidos no Artigo 2º:

- I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
- IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação;
- VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações (Estatuto da Juventude, PLC 098/2011).

As seções do Estatuto da Juventude versam sobre direito à cidadania, participação social e política; direito à educação; à profissionalização, trabalho e renda; direito à diversidade e igualdade; direito à cultura, dentre outros dispositivos que buscam englobar todas as dimensões da condição juvenil. É importante lembrarmos que o Estatuto da Juventude compõe o Sistema Nacional de Juventude e não elimina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ambas as leis são entendidas como complementares para garantir os direitos de meninos e meninas de 15 a 18 anos, como afirma o artigo 1º do Estatuto da Juventude, que “aos adolescentes com idade entre 15 e 18 anos aplica-se a Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – e, excepcionalmente, este Estatuto [da Juventude], quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente” (Estatuto da Juventude, PLC 098/2011).

A juventude também é uma categoria que adquiriu certa autonomia de deslocamento, e quando parece ser capaz de desvelar os condicionantes que a atribuem como geração problema, como fizeram os jovens de 1968, rapidamente são capturadas pelo mercado e organizadas pelo Estado em forma de estatutos e políticas de acesso a bens simbólicos reivindicados por ela.

Na sociedade de consumo em que vivemos costumamos atribuir o jovem ao consumo, principalmente quando este segmento se tornou a maior oferta de mão de obra do país, bem como a falsa ideia do surgimento de uma nova classe média que ascendeu com o acesso ao crédito facilitado, com a valorização salarial e com as



possibilidades que se abriram. Porém sabemos que é residual o número de jovens com capacidade de consumir todos os produtos que lhe são ofertados, mas a imagem do jovem empreendedor e com poder de consumo é generalizada a todas as classes sociais por meio da propaganda. Esta possibilidade colocada pela propaganda, porém negada pela impossibilidade material da vida real, acaba aumentando a violência<sup>4</sup> entre os que se sentem incluídos pela via da imagem, mas excluídos das possibilidades de consumo (KEHL, 2007).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2008 o país contava com um contingente de 50,2 milhões de habitantes entre 15 e 29 anos, sendo 26,4% da população, número que obteve seu pico nos anos 2000 de acordo com o IPEA. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2004, na população de 15 a 17 anos, 48% frequenta o ensino médio, 44% não concluíram o ensino fundamental, 18% estão fora da escola. Entre a população de 18 a 24 anos, 13% estão no ensino superior. Pobres e sem perspectiva, eles têm de trabalhar. Um estudo do Ministério da Educação (MEC) mostra que 29% dos matriculados do 1° ao 9° ano trabalham. Em sua grande maioria, os trabalhos são informais e com baixa remuneração, obtendo ou não a qualificação que o mercado de trabalho exige.

Segundo o IBGE,

A realidade é ainda mais cruel com os jovens brasileiros que vivem nas famílias mais pobres. Enquanto 81,6% dos que não possuem renda familiar ou recebem até um quarto de salário mínimo per capita estudam, 87,8% dos que ganham um salário mínimo ou mais por pessoa da família estão matriculadas nas redes de ensino. É na Região Sul que a situação dos adolescentes é pior: 17,8% dos brasileiros com idade entre 15 e 17 anos estão fora da escola. (IBGE, 2012)

As informações trazidas demonstram que o Estatuto da Juventude precisa defender e reafirmar a necessidade da ampliação, construção e acessibilidade das políticas para a juventude que abarquem as múltiplas interfaces do segmento, que possibilite viver e experimentar esta etapa da vida com segurança e qualidade de vida. Desta forma, os jovens são colocados à margem da sociedade por serem

---

<sup>4</sup> Violência pode ser detectada quando se manifesta como uma espécie de privação, pois tira, destitui, despoja de alguma coisa fundamental, a realização humana. Todas as vezes que alguém se sente privado de algo sem nenhuma justificativa ou fundamentação é possível que esteja sendo vítima da violência. (ODÁLIA, 1983: P.86).

considerados em fase de transição geracional e, portanto, sem condições de tomarem decisões ou terem gerência e autonomia nos rumos de suas vidas. Soma-se a isso a criminalização dos jovens usuários de drogas, principalmente, devido à narrativa estigmatizante dos grandes meios de comunicação, pintando uma caricatura de juventude como perigo social:

As condições de exclusão de numerosos setores jovens da população urbana, que já haviam garantido o sucesso do crack nas grandes metrópoles norte-americanas, produziram efeitos análogos no Brasil. Atualmente, a maior parte dos “craqueiros” conhecidos é proveniente das camadas mais desprivilegiadas da população. Isso não significa que não haja usuários de outras classes sociais, mas, além de menos numerosos, estes conseguem utilizar suas condições de classe para garantir maior discrição às suas práticas ilícitas e um abrandamento dos próprios danos sociais e de saúde (DOMANICO, 2006).

O público-alvo deste artigo - o jovem estudante de escola da periferia - pode estar exposto às múltiplas formas de violência, tanto como receptor, como também um agente da mesma, violência esta que, em muitos casos, pode ser considerada expressão trágica de necessidades não atendidas (ROSENBERG, 2006). Essa incorporação negativa à que é atribuída à sua existência, absorvida subjetivamente pelo usuário, o faz estar no que Goffman (2008) conceitua como estigma.

As repercussões da estigmatização caracterizam-se em sociais e afetivas, tais como: desqualificação e inferiorização social, expectativa social de incompetência e insucesso – profecia do fracasso, auto depreciação – auto ódio e auto rejeição, internalização da incompetência e do insucesso – auto profecia do fracasso. Este processo de auto depreciação dos sujeitos influi e reforça o seu processo de exclusão social, pois altera a sua postura frente a sociedade, onde o educando pode se resignar com essa condição ou se rebelar em forma de violência. O estigma também gera invisibilidade, que também é sinônimo de solidão e incomunicabilidade, falta de sentido e valor, constituindo no jovem uma identidade (SOARES, 2007). Para buscar superar tal condição, a arte<sup>5</sup> é uma forma de promover reflexão, diálogo e integração, quando esta não está deslocada da bagagem histórica e social do estudante.

---

<sup>5</sup> Kosik (2011) “toda obra de arte apresenta um duplo caráter em indissolúvel unidade: é expressão da realidade, mas ao mesmo tempo cria a realidade, uma realidade que não existe fora da obra ou antes da obra, mas precisamente apenas na obra” (p.128).

Esses valores depreciativos direcionados à juventude tiveram narrativas que se metamorfosearam durante a história, reproduzidas de forma semiologizada através de métodos que incorporaram no imaginário do senso comum uma psicologização perigosa dos setores considerados improdutivos ao capitalismo. Porém, sabemos que toda propagação de ideias hegemônicas tem uma origem comum: as classes dominantes que detêm o poder dos aparelhos de Estado, como sugere Marx (2008), que “[...] as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes [...]. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual [...]”.

Desta forma, a partir desses lugares comuns se criaram e se propagaram narrativas de criminalização como uma tendência universal, secundarizando as discussões que realmente interessavam ao segmento da juventude, que são seus direitos e desejos, passando a propor seus direitos muitas vezes a partir do viés do jovem problema\risco.

Para buscarmos superar tal condição, a arte pode ser uma das formas de promovermos reflexão, diálogo e integração, quando esta não está deslocada da bagagem histórica e social dos educandos. A falsa noção de que o meio em que os indivíduos vivem é a causa natural dos problemas enfrentados pelos jovens, leva para um viés positivista de causa (periferia) e efeito (criminalidade), desconsiderando as múltiplas relações e determinações da sociedade e tornando a encobrir o real, assumindo análises reificadas e fetichizantes referentes às investigações das demandas sociais. Segundo Kosik (2011):

Para o materialismo a realidade social pode ser conhecida na sua concreticidade (totalidade) quando se descobre a natureza da realidade social, se elimina a pseudoconcreticidade, se conhece a realidade social como unidade dialética de base e de supra-estrutura, e o homem como sujeito objetivo, histórico-social. A realidade social não é conhecida como totalidade concreta se o homem no âmbito da totalidade é considerado apenas e sobretudo como objeto e na práxis histórico-objetiva da humanidade não se reconhece a importância primordial do homem como sujeito.

Deste modo, não será afastando o jovem do seu território e incorporando alternativas de forma pouco participativa, e que não encontram afinidade com o meio inserido - meio este que também é expressão de resistência à situação de exclusão - que teremos o mínimo de coerência no processo educativo, principalmente quando o sistema escolar se estrutura de uma forma que possibilite a perpetuação das

desigualdades. Bourdieu (1998) demonstra que mesmo tendo uma mudança formal e curricular, os signos e o repertório que “aparecem escondidos” na dinâmica escolar reforçam ainda mais as desigualdades<sup>6</sup>. A partir do momento que as portas de uma sala de aula se abrem para a diversidade dos estudantes oriundos de diferentes realidades, já é possível observarmos a desigualdade na própria conformação da turma e na disposição dos assentos. O estudante descapitalizado culturalmente tenderá a sentar no fundo da sala, enquanto os mais desenvolvidos acostumados a frequentar diversos espaços de socialização terão o olhar do educador mais próximo. Toda a dinâmica é construída para absorver as demandas dos que possuem capital cultural elevado, pois as áreas curriculares a serem ministradas já serão familiarizadas com algum momento de socialização da vida do jovem, como se, quando o educador iniciar uma matéria sobre linguagem, o educando relacionará rapidamente a algo vivido, como se já tivesse visto aquilo antes.

É por isso que Bourdieu diz que o sistema escolar tem em sua estrutura as bases que legitimam a desigualdade ao se apresentar como algo para todos. Contudo, sabemos que em uma sociedade extremamente estratificada e desigual, o ponto de nivelamento do que é concebido como universal é algo que a maioria das pessoas ainda nem possibilitaram um acesso minimamente primário, ficando a cargo de alguns setores da classe média e das elites a incumbência de reproduzir essa desigualdade velada com características de normalidade meritocrática, quando esses ascendem aos postos mais altos do mundo do trabalho.

Além dessa estrutura invisível de nivelamento, há a reprodução direta dos símbolos que remetem à exclusão das classes populares nos espaços que ocupam, e isso também se expressa na violência dentro da sala de aula, como preconceito social, linguístico, racial dentre outras formas que alguns estudantes e educadores tradicionais buscam para colocar o educando “no seu devido lugar”, que é o lugar do silenciamento, da invisibilidade, da exclusão dos espaços socializadores, contribuindo para eclodir em episódios que se agravam até em forma de violência física, tanto do sujeito gerador, quanto como forma de reação do receptor, onde o aluno estigmatizado

---

<sup>6</sup> O mecanismo que estrutura a continuidade histórica do acesso aos postos de maior relevância social se dá pela transmissão do capital cultural, onde a herança que se transmite em vida se dá através da socialização de “costumes” que impregnam na criança de forma invisível, tendo um ar de prosseguimento natural do desenvolvimento até ser inserido no sistema escolar, onde usufruirá seu privilégio e ingressará sem maiores percalços em uma carteira que já estará reservada a ele pela estrutura condicionante.

que se revolta, pode ter sua vida escolar comprometida em definitivo, sendo jogado para a grande fila da evasão escolar.

Nesta concepção, a resistência passa por criação de valores contra hegemônicos, produzindo uma cultura própria, e possibilitando o fortalecimento da identidade, podendo assim potencializar seu *ser social* através da ressignificação, como traz Abramo (1994):

[...] por ocupar um status ambíguo [...], os jovens constroem redes de relações particulares com seus companheiros de idade e de instituição, marcadas por uma forte afetividade, nas quais, pela similaridade de condição, processam juntos a busca de definição dos novo referenciais de comportamento e de identidade exigidos por tais processos de mudança.

Ou seja, o processo é dialético, pois permite a criação e a difusão de valores, bem como a tomada de consciência a partir da cultura formada no próprio território e da sua vivência, justificando a ideia de que o “local interpreta, assimila e reinventa o global” (GUIMARÃES; 2009). Tais bases contribuem para a construção e o fortalecimento de uma educação cidadã, onde os sujeitos possam incorporar a dinâmica escolar conjuntamente com suas dinâmicas de vida em seu território, e não mais como algo alheio à sua vida cotidiana.

## **O RAP É COMPROMISSO**

Todo objeto representado pela arte traz consigo, além do pulsar subjetivo, uma significação social, e com isso, humana. Ao refletir uma determinada realidade concreta, a arte ou o artista nos leva a penetrar na realidade social. Assim sendo, a arte como conhecimento da realidade pode nos revelar uma parte do real, não em sua essência objetiva, que é atribuição da ciência, mas em sua relação com a essência humana (VASQUEZ, 1978). Desta forma, as expressões artísticas podem ser usadas de acordo com as afinidades que os usuários têm com as mesmas, pois elas são

expressões do que se opera e se expressa no cotidiano<sup>7</sup>, no seu território<sup>8</sup>, possibilitando que se enxergue e se reconheça nessas expressões, realizando-se como cultura popular. Como traz Milton Santos (2001), “a cultura popular exerce sua qualidade de discurso ‘de baixo’ pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias”. Tal significação potencializa movimentos de solidariedade, característica dos grupos periféricos que lutam pela escassez de bens e serviços. Por isso a necessidade de darmos centralidade para a arte nos espaços de aprendizagem, pois ele tem o poder de romper com padrões estabelecidos pela sociedade, como o conformismo e a cordialidade que habitam nosso imaginário social.

O Rap<sup>9</sup>, ritmo musical e parte constitutiva dos cinco elementos da cultura Hip-Hop<sup>10</sup>, é peça da síntese formada a partir da resistência de jovens dos cinturões periféricos de Nova Iorque frente ao avanço neoliberal a partir da década de 70, avanço este que propagou o desemprego estrutural, informalidade, criminalidade e a fome. Surgido como expressão artístico-política no bairro do Bronx, possibilitou para milhares de jovens afro-americanos e caribenhos, recentemente chegados da Jamaica, uma reelaboração de vivências e práticas culturais familiares ao seus grupos, porém inseridos numa dinâmica efervescente causada pelas péssimas condições socioeconômicas da cidade que se potencializava nos bairros, com saques, incêndios, e a formação de gangues juvenis que ocupavam espaços ociosos e abandonados pelo poder público.

---

<sup>7</sup> A partir do momento que o lugar de fala do marginalizado também é o seu lugar de vivência, sua reivindicação ganha força material, e este lugar se processa e se vive no cotidiano. Ou seja, “cotidiano enquanto lugar de resistência, base desde onde se gesta um projeto autônomo das classes subalternas, livres dos discursos elitistas conformados e institucionalizados em agências que lhes são exteriores” (SADER, 1988).

<sup>8</sup> Segundo KOSIK (2011), “nas concepções estruturalistas a ‘sociedade’ é aproximada da arte apenas exteriormente, como condicionante social, e não do interior, subjetivamente, à semelhança do seu criador, o homem social”.

<sup>9</sup> “O Rap, assim como o samba, jazz, reggae, possui raízes na tradição oral africana, nos contadores de histórias conhecidos como *griots*. Em função da diáspora, essa tradição se espalhou mundo afora através dos povos submetidos à escravidão (Contador e Ferreira, 1996).

<sup>10</sup> “O movimento hip-hop é uma cultura de rua que se divide pelos seus sujeitos históricos, os chamados elementos da cultura: o MC (Mestre de Cerimônia), o DJ (Disc Jockey, piloto de disco), o grafiteiro (artista plástico) e o b-boy (dançarino)” (SILVA; 2012).

Contudo, o Hip-Hop sempre foi espaço de criação e inventividade coletiva, e as disputas das gangues foram para o terreno simbólico das artes plásticas, dos desafios de dança, e da capacidade do MC<sup>11</sup> (Mestre de Cerimônia) improvisar ritmos e palavras nos becos e vielas para um público cada vez mais engajado. A organização responsável por essa mudança significativa de contexto foi a Zulu Nation, fundada por Afrika Bambaata<sup>12</sup>, nome reconhecido no mundo todo pela capacidade de organizar rebeldias e transforma-las em potência coletiva. Outro fator explicativo do espírito inventivo e criativo do Hip-Hop é arte como criação prática e associada à vivência, porém sem perder o horizonte emancipatório dos sujeitos que compartilhavam o território.

Esse movimento caracteriza-se pela denúncia da exclusão social do negro e pela ideologia inspirada na autovalorização de suas origens africanas, negando a violência e a marginalidade, conforme os ideais de grupos como os Racionais MC's (CONTIER, 2005). Diante disso, a cultura negra sempre esteve ligada ao caráter contestatório, como afirma Kellner (2001):

O gospel surgiu como reação à opressão da escravidão, enquanto o blues expressava uma resposta ao racismo institucional, de tal forma que ambos refletiam o sofrimento produzido pela opressão e pela resistência a ela. O ragtime e o jazz baseavam-se nas experiências dos negros americanos em busca de uma linguagem musical que articulasse sofrimento e alegria, angústia coletiva e expressão individual, dominação e resistência. À medida que os negros foram migrando do Sul para as cidades industrializadas do Norte, criaram novas formas musicais para expressar suas experiências, produzindo, entre outras coisas, o rhythm and blues. Algumas dessas formas musicais e culturais muitas vezes se limitaram às áreas habitadas pelos negros, difundindo-se, sobretudo, por apresentações ao vivo.

Com a evolução do movimento, passou-se a considerar também um quinto elemento, que é a conscientização, que compreende principalmente a valorização da ascendência étnica negra, o conhecimento histórico da luta dos negros e de sua herança cultural, o combate ao preconceito racial, a recusa em aparecer na grande mídia e o menosprezo por valores como a ganância, a fama e o sucesso fácil. (ZENI, 2004).

---

<sup>11</sup> O MC ou rapper é o sujeito que fala de forma rimada ou cadenciada (algumas vezes no improviso, chamado de *freestyle*) como no repente nordestino ou na trova gauchesca)

<sup>12</sup> O termo "hip-hop" foi cunhado em 1978 pelo fundador da Zulu Nation, Afrika Bambaata

Através de uma linguagem simples e direta, o Rap tem a capacidade de atingir o ouvinte não apenas estimulando o imaginário, mas vai além ao narrar fielmente a realidade da periferia, configurando-se como uma poesia do concreto, que coloca a dura realidade da periferia para além do território, buscando culpabilizar não o sujeito, mas o *sistema* que gera tudo isso, como observa Silva (2012):

Embora discorde frontalmente da estratégia do ladrão, que busca ascensão social individual sem lutar pela mudança do sistema, o MC poupa-o em seu discurso mais direto, sem condená-lo a partir de algum preceito moralista. Mesmo o bandido sem “proceder”, como o “nóia”, um viciado em crack que põe a busca pela droga acima de qualquer outro valor e é alvo da crítica do rapper, não aparece nos raps como um inimigo principal, mas como uma consequência do sistema.

Desta forma, o Rap é um forte agente pedagógico, pois possibilita romper com a simples revolta de um jovem e evoluir para uma consciência superior, quando este passa a tomar consciência do seu papel no modo de produção capitalista. Esse poder de engajamento chama a atenção do asfalto desde os primórdios do movimento Hip-Hop, onde setores da grande imprensa classificavam os cantores de Rap como “sociólogos sem diploma”.<sup>13</sup> Tal reconhecimento expressa o sentido anti-metafórico da linguagem do Hip-Hop, quando o compromisso se faz pela busca da expressão crua e real, contudo podendo ter recursos sofisticados que contribuem para a formação de uma obra complexamente direta, codificando a realidade de forma dialógica com seu meio. Tais formas e recursos linguísticos, artísticos e assimilativos do real, faz com que o movimento Hip-Hop se aproxime de outros movimentos artísticos clássicos, compartilhando elementos em comum com o Movimento Antropofágico, que buscou questionar e traduzir quem é o povo brasileiro, ou os horrores provocados pela violência no espírito humano trazido pelo estilo expressionista com as mazelas da guerra, onde o Hip-Hop denuncia os horrores da violência sistêmica pelas forças do Estado.

Considerando a música Rap como parte inserida na cadeia de distribuição cultural, conseqüentemente acaba sofrendo também as contradições da indústria cultural:

---

<sup>13</sup> “Racionais fazem ‘sociologia’ da periferia”, O Estado de São Paulo, 13/11/1997.



[...] curiosamente, o funk e o hip-hop, ao lado de outras importantes expressões culturais populares de massa, ocupam uma posição marginal e, ao mesmo tempo, central na cultura brasileira. Os segmentos populares associados a esse tipo de manifestação cultural, embora frequentemente excluídos e estigmatizados, estão também em sintonia com a lógica do capitalismo transnacional. É como se nessa articulação entre exclusão e integração lhe fosse demarcado um território a partir do qual adquirem visibilidade e representatividade. São expressões culturais razoavelmente bem-sucedidas e incorporadas na agenda do mercado, que permitem tanto a construção de uma visão crítica e/ou plural do país quanto a sua mediação e administração pela estruturas que gerenciam os ritmos do espetáculo e do consumo (HERSCHMAN, 1997).

Esse é um dos dilemas que fazem com que alguns defensores da cultura dizerem que o movimento “perdeu a essência” para o sistema. Contudo, sabemos que essa incorporação não é voluntária, pois toda obra e criação, como parte inserida no modo de produção capitalista, também sofre com suas influências e reificações de toda ordem, como algumas vertentes do estilo que através de seus *rappers* cultuam um estilo de vida hedonista, visando a celebração do consumo e ostentando símbolos permeados de apelo sexual, propagando tais vitórias com narrativas construídas pela ideologia meritocrática. Obviamente que a saída para esses dilemas não é o moralismo nem o criticismo vulgar, e sim buscarmos a compreensão dos mecanismos que a indústria cultural maneja na busca pela captura de criações contra hegemônicas, como parte constitutiva do realismo capitalista. Portanto, é ingênua a ideia de que apenas o saber popular é o saber autêntico para a libertação, pois a cultura popular incorpora elementos da ideologia e da cultura dominante que, ao se converterem em senso comum, penetram nas massas (SAVIANI,2013).

A incorporação dos valores éticos e estéticos do Rap possibilita ao jovem ter uma disciplina, não uma disciplina no sentido policalesco, formal. Mas uma disciplina que o coloque na condição de sujeito, que possibilite dar sentido à sua existência e que tenha esses valores como um compromisso de vida para além do seu processo como estudante, além do combate à opressão exercida pelo racismo. Por isso é fruto de um movimento histórico de resistência que vêm desde os Panteras Negras nos Estados Unidos na luta por direitos civis, até a incorporação dos principais valores desta nova cultura no Brasil, sendo adaptada para as singularidades de cada gueto do país, tendo como precursores jovens das periferias de São Paulo que também sofriam diversos tipos de violência no período da década de 1970 e 1980, como os esquadrões da morte e as milícias.

O movimento iniciou no Brasil através de pontos de encontro nas estações de metrô e em praças do centro de São Paulo, que eram compartilhados por moradores das periferias no fim do dia quando iam para suas casas ao cumprir suas exaustivas jornadas de trabalho, como a Estação São Bento do Metrô e na rua 24 de Maio, onde existiam galerias de contracultura onde os jovens de diversas tribos trocavam informações sobre arte, música, dança e suas vivências. Seus pioneiros surgiram dos salões de baile de funk soul, como o dançarino Nelson Triunfo na dança *break*, o rapper Thayde e DJ Hum, surgindo posteriormente o grupo de maior expressão do Rap nacional, o grupo Racionais MC's, que a partir dos anos 1990 ganharam destaque na cena musical brasileira ao venderem milhares de cópias do álbum *Sobrevivendo no Inferno*, trabalho considerado um clássico da música brasileira pelas mídias especializadas pela sua qualidade musical, pela inventividade artística e pelas fortes letras que denunciavam as mazelas sociais das periferias. Hoje, o álbum ganhou livros, e a obra do grupo está inserida nos vestibulares de diversas faculdades pelo seu poder de instigar o debate de traduzir um Brasil que muitos tentam esconder.

## **NO RITMO DA APRENDIZAGEM**

Nós, seres humanos, somos dotados de uma capacidade única dentre os animais que experienciam os sentidos a partir da relação com a natureza que, a partir do reconhecimento e aprofundamento dessas relações, aprofundamos também nossa condição humana, em um movimento lógico e consciente. Como salienta Brandão (2002), essa capacidade reflexiva é desenvolvida a partir da educação, que é um processo universal e particular, pois cada povo orienta sua cultura a partir do que processam em suas relações sociais e em interação com a natureza. Portanto, é quando passamos a perceber que são processos dotados de intencionalidade e direção - com sentido prático ou não - mas sendo reconhecido como processo consciente e criador, pois a aprendizagem é um processo que nos constitui desde nossa infância pelas relações familiares e com o espaço que interagimos. Contudo, esse processo não é algo dado por si só, mesmo que no início se dê de forma inconsciente, apenas pela reprodução de costumes no âmbito privado. Ele é resultado do acúmulo adquirido e construído durante muitas gerações, podendo ser autônomo

quando se reproduz como algo cotidiano, mas com uma estrutura que respeita uma trajetória histórica e social.

Para isso, é necessário que estejamos atentos a todas as nuances que permeiam a vida cotidiana do público que ensinamos, e mesmo que o público seja homogêneo enquanto classe social e que divide um determinado território consolidado em costumes, cada educando também terá diferentes potencialidades a serem descobertas, bem como diferentes níveis de assimilação nos processos educativos, onde se faz necessário um repertório generalista como instrumentalidade na mediação, pois a internalização é um processo que não se dá mecanicamente, e sim dependendo de como foi gerido o intercâmbio de significados.

A mediação é uma das categorias mais importantes no desenvolvimento do conhecimento, pois é o elo que possibilita a passagem da apreensão do objeto para um nível superior de assimilação, trazendo o objeto para si e internalizando como um novo processo a ser desvendado a posteriori (VIGOTSKY 1999). Contudo, faz-se necessária a distinção entre pedagogia do concreto e empirismo:

Assim, poderíamos traduzir pedagogia concreta por pedagogia dialética. A dialética é uma lógica concreta, enquanto a lógica formal, a lógica das formas, é abstrata. Uma lógica concreta é uma lógica dos conteúdos. Só que não podemos confundir conteúdos *concretos* com conteúdos *empíricos*. Os conteúdos empíricos manifestam-se na experiência imediata. Os conteúdos concretos são captados em suas múltiplas relações, o que só pode ocorrer pela mediação do abstrato. Para chegar ao concreto, é preciso superar o empírico pela via do abstrato (SAVIANI, 2013).

Ou seja, faz parte do movimento que permite passarmos qualitativamente para uma nova etapa na construção do conhecimento, e isso só é possível devido a uma operação lógica que capta as externalidades e traduz para o real concreto, imergindo para a subjetividade e pavimentando o caminho epistemológico do ser:

Eis como a questão do conhecimento e a mediação do professor se põem. Porque o professor, enquanto alguém que, de certo modo, apreendeu as relações sociais de forma sintética, é posto na condição de viabilizar essa apreensão por parte dos alunos, realizando a mediação entre o aluno e o conhecimento que se desenvolveu socialmente (SAVIANI, 2013).

Esta concepção supera a tese de Bourdieu trazida neste artigo a partir de suas críticas reprodutivistas, pois enfatiza as possibilidades contidas no próprio processo histórico e social a partir de cada indivíduo. Sem a mediação, o processo do

conhecimento não se dá construtivamente, pois esteriliza as etapas necessárias e deixa um vácuo com as dualidades arbitrárias entre objeto e o ser que as perspectivas teóricas tradicionais impõem, dando ênfase apenas para a razão abstrata e se distanciando de uma pedagogia concreta, que é onde se realiza as possibilidades do real na valoração do processo educativo<sup>14</sup>.

Trabalharmos a cultura Hip-Hop no ensino de sociologia possibilita o fomento de práticas educativas dialógicas com a realidade dos educandos, pois é oferecido um mosaico de possibilidades a serem exploradas durante as aulas, bem como a pluralidade temático-social da música Rap traz um leque enorme de temas geradores para trabalharmos conceitos como cidadania, direito à cidade, gênero, exclusão social, cultura e muitos outros temas contidos também na Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

As transformações na ação das pessoas são mediadas pela cultura. Em sua etimologia latina, a cultura remete à ação de cultivar saberes, práticas e costumes em um determinado grupo. Na tradição metafísica, a cultura foi apresentada em oposição à natureza. Atualmente, as Ciências Humanas compreendem a cultura a partir de contribuições de diferentes campos do saber. O caráter polissêmico da cultura permite compreender o modo como ela se apresenta a partir de códigos de comunicação e comportamento, a partir de símbolos e artefatos e como parte da produção, circulação e consumo de sistemas de identificação cultural que se manifestam na vida social. As pessoas estão inseridas em culturas (urbana, rural, erudita, de massas, popular etc.) e, dessa forma, são produtoras e produto das transformações culturais e sociais de seu tempo (2018).

A BNCC também aponta competências e habilidades específicas para o ensino das Ciências Humanas e Sociais no Ensino Médio, como:

(EM13CHS501) Compreender e analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a autonomia e o poder de decisão (vontade).

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais.

---

<sup>14</sup> “Trabalho educativo entendido como o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2013).

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

Todas essas dimensões, além das outras temáticas propostas pela BNCC, estão contidas nas músicas e em outras expressões artísticas do Hip-Hop, que é pluritemático e direciona sua arte para as questões sociais que englobam a vida dos moradores da periferia, podendo ser trabalho nas aulas tais recursos como uma ferramenta didática para melhor compreensão dos conteúdos e possíveis engajamentos na construção do processo educativo:

Quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder ao desafio. Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá-lo. Mas, precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com os outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isto, cada vez mais desalienada. Através dela, que provoca novas compreensões de novos desafios, que vão surgindo no processo da resposta, se vão reconhecendo, mais e mais, como compromisso. Assim é que se dá o reconhecimento que engaja (FREIRE, 2011).

O pedagogo Phillipe Meirieu diz que “todos os progressos da pedagogia sempre vieram da periferia: tudo o que aconteceu de mais importante no âmbito educativo nasceu na periferia dos grandes centros urbanos, das grades escolas” (2002). Tal afirmação corrobora a proposta deste artigo ao reconhecer e enfatizar o protagonismo que as escolas das periferias brasileiras tem ao propor inventividade diante das dificuldades. Diferente de cairmos em um militantismo, devemos considerar que a educação não é um mero processo técnico, e sim permeado de condicionantes políticos, onde nossa postura como educador revelará nossa intencionalidade e nosso dever frente ao fazer profissional, pois o trabalho docente é um trabalho intelectual e não se pode desenvolvê-lo sem autonomia (CONTRERAS, 2002).

Reconhecemos as limitações e obstáculos é condição necessária para não cairmos em um pessimismo imobilizador diante do ímpeto que o possamos ter ao adentrarmos em uma instituição e quisermos colocar todas nossas ideias e potencial

afim de transformar a realidade educacional, pois como nos ensina Paulo Freire (1996), *ensinar exige consciência do inacabamento* e também *exige o reconhecimento de ser condicionado*. Contudo, não pode ser imperativo para apenas reproduzirmos a lógica tradicional e agirmos em nosso fazer profissional apenas como reprodutor dos conteúdos, deslocando-se do compromisso ético-político necessário para o fazer educativo, pois *ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo* (FREIRE, 1996), ou como disse Guimarães Rosa: Mestre também aprende.

## CONCLUSÃO

Toda arte que propõe o novo é carregada de traços culturais do passado, como lei do movimento da história. A própria estética marxista compreendeu isso, quando reconheceu a importante contribuição de parte da literatura e da arte burguesa que teriam validade universal, até porque, grande parte das produções artísticas produzidas no mundo foram feitas por mãos de trabalhadores e apropriadas pela ordem burguesa como produto de seu feito.

Marx afirmava que os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, pois estes traços do passado se refletem numa superestrutura que também determina o social. Por isso que, “ao usar palavras feitas para nomear conflitos onde justamente se enfrentam interpretações antagônicas e se instauram novos significados, os sujeitos em luta operam mudanças de sentido nessas mesmas palavras que eles usam” (SADER, 1988).

O desafio futuro é construirmos uma escola que promova autonomia e emancipação humana, pois em tempos de globalização e aculturação, tem-se a tendência de esterilizar os currículos e transformar a escola apenas em um período de certificação geracional, gerando problemas de descontinuidade no fazer pedagógico.

Desta forma, devemos tomar a arte como uma das dimensões da vida humana que se constrói na práxis cotidianamente, possibilitando o surgimento de uma nova cultura, uma nova assimilação e, assim, um novo agir no mundo, buscando nossa emancipação humana que virá somente conjuntamente e após a emancipação econômica, pois reafirmamos que a proposta cultural e artística como instrumento

pedagógico por si só não é agente da revolução social, e sim, a revolução social formará as bases para a nova cultura se constituir.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena W. **Cenas juvenis: Punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo, Scritta/Anpocs, 1994.

\_\_\_\_\_. **Condição juvenil no Brasil contemporâneo**. In: ABRAMO, ET AL (org.). Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam; ESTEVES, Luis C. G. **Juventude, juventudes pelos outros e por elas mesmas**. In: Congresso Português de Sociologia: Mundos Sociais: Saberes e Práticas, VI. Lisboa, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **“A Juventude é apenas uma palavra”** in Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: arco Zero Limitada, 1983.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Cultura: o mundo que criamos para aprender a viver**. In A educação como cultura, Campinas: Mercado das Letras, 2002.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Ensino Médio**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>>. Acesso em: jan. 2022.

CONTADOR, António Concorde; FERREIRA, Emanuel Lemos. **Ritmo e poesia: os caminhos do rap**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1996.

CONTIER, Arnaldo Daraya. **O rap brasileiro e os Racionais MC's**. In Simpósio Internacional do Adolescente. São Paulo, 2005.

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GOFFMAN, Erving. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.



GUIMARÃES, Maria E. A. **Do Samba ao Rap: a música negra no Brasil.** IFCH/UNICAMP. Campinas, 2009.

HERSCHMAN, Micael (org.) **Abalando os 90.** Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

IBGE. **Censo Demográfico 2010 - Características da população e dos domicílios.** \_\_\_\_\_. **População jovem no Brasil: a dimensão demográfica.** População, população jovem, estatística.

KEHL, Maria R. **A juventude como sintoma da cultura.** In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** 2. Ed. São Paulo: Ed. Fundação Percecu Abramo, 2007.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia: estudos culturais – identidade e política entre o moderno e o pós-moderno.** Bauru: Edusc, 2001.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MEIRIEU, Phillipe. **Rumo a uma escola de cidadania.** In: APAP, Georges et al. **A construção dos saberes e da cidadania: da escola à cidade.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; Catani, Afrânio. (Orgs.). **Pierre Bourdieu: Escritos em Educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.

ODÁLIA, Nilo. **O que é violência.** 2 ed. São Paulo. Brasiliense. 1983.

ROSENBERG, Marshall. **Comunicação não-violenta.** São Paulo: Ed. Ágora, 2006.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entram em Cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Conselho, programa, legislação**. Brasília-DF, 2013.

SILVA, Adriano B. da. **Palavra de mano: Luta de classe e tensão racial na palavra dos manos**. São Paulo: Ed. Página 13, 2012.

SOARES, Luis E. **Juventude e violência no Brasil contemporâneo** In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. 2. Ed. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2007.

VASQUEZ, Adolfo S. **As ideias estéticas de Marx**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.

VIGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Juventude, violência e cidadania: Os jovens de Brasília**. São Paulo, Cortez, 1998.

ZENI, Bruno. **O negro drama do rap: entre a lei do cão e a lei da selva**. São Paulo: ESTUDOS AVANÇADOS, 2004.